



As relações bilaterais do México com os Estados Unidos: um balanço de 2000 a 2018¹

Mexico-US bilateral relations: an assessment from 2000 till 2018

DOI: 10.21530/ci.v14n3.2019.972

Cristina Soreanu Pecequilo²

Marcela Franzoni³

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar as relações bilaterais do México com os Estados Unidos, de 2000 a 2018, tendo como base o ponto de vista mexicano. Embora os Estados Unidos sejam o principal parceiro do México e sua prioridade em política externa, o mesmo não se aplica à agenda norte-americana, indicando uma relação caracterizada por uma forte interdependência assimétrica. Neste intercâmbio, destacam-se temas multidimensionais como comércio, imigração, tráfico de drogas dentre outros, que possuem aderência a agendas domésticas e internacionais de ambos os países. Optou-se por apresentar a evolução destas interações em forma de cronologia histórica, que aborda tanto um panorama breve da política externa do México no século XX, como suas atualizações no pós-Guerra Fria, que indicam a passagem de uma agenda de autonomia para uma postura de alinhamento diante dos Estados Unidos. A metodologia se baseou na revisão bibliográfica sobre o tema das relações bilaterais México-Estados Unidos, na análise de documentos e discursos de membros do Executivo e de agências governamentais, na literatura especializada sobre o tema e na sistematização de dados econômicos.

Palavras-chave: México; Estados Unidos; Relações Bilaterais; Política Externa.

1 Esse artigo é fruto de pesquisas financiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)

2 Doutora em Ciência Política pela USP. Professora de Relações Internacionais na UNIFESP e dos Programas de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/PUC-SP) e de Economia Política Internacional da UFRJ. Pesquisadora do CNPq e Associada do NERINT/UFRGS. Analista de política externa, com estudos sobre as relações internacionais dos EUA, do Brasil e da China. Orcid: < <https://orcid.org/0000-0003-1617-186X> > .

3 Doutoranda e Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/PUC-SP) e graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal de São Paulo. É bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, processo 2018/0711-8. Visiting Graduate Student na Universidade da Califórnia, San Diego. Pesquisadora do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais (IEEI-Unesp). Orcid: < <https://orcid.org/0000-0002-7280-3318> > .

Artigo submetido em 27/06/2019 e aprovado em 26/11/2019.





Abstract

The goal of this article to analyze the Mexico-United States bilateral relations from 2000 till 2018, based on the Mexican standpoint. Even though the US are Mexico's main partner and its priority in foreign policy, the same cannot be said of the North-American agenda, presenting a relation that is characterized by a deep asymmetric interdependence. Multidimensional themes such as trade, immigration and drug trafficking, among others, take center stage on this interchange, that represent for both countries a mix of domestic and international agendas. The option is to present the evolution of this exchanges in a historical chronological manner, that deals not only with a brief overview of Mexico's foreign policy in the 20th century, but also its updates on the post-Cold War world that show the transition of an autonomous agenda to an alignment stance towards the United States. The methodology is based on a bibliographical review about the Mexico-United States bilateral relations from political speeches from members of the Executive and official governmental agencies, the relevant specialized literature and the systematization of economic data.

Keywords: Mexico; United States; Bilateral Relations; Foreign Policy.

Introdução

A maioria dos temas de política externa do México se relaciona com os Estados Unidos (EUA). Isso faz com que este país seja prioridade na agenda externa mexicana, enquanto o contrário não é verdadeiro (PELLICER SILVA, 2006). Há uma estreita relação entre a política interna no México, sua estratégia de desenvolvimento econômico e os EUA. Diante da magnitude da dependência, a manutenção da soberania do México é um tema permanente da sua política externa (SCHIAVON, 2006). A margem de autonomia frente ao vizinho está vinculada aos seus elementos domésticos, como a estabilidade econômica e o combate ao crime organizado.

Administrar as relações com os EUA é um desafio histórico para o México. A identidade nacional foi constituída em oposição à grande potência. A significativa perda territorial que sofreu na guerra 1846-1848, a Revolução mexicana e a expropriação petroleira promovida na gestão de Lázaro Cárdenas (1934-1940) trouxeram à política externa um forte caráter defensivo, nacionalista e pautado pelo direito internacional, buscando evitar outras invasões e a não ingerência em assuntos domésticos. Tais posturas foram flexibilizadas na década de 1990 e no século XXI, com a abertura econômica e política.





De acordo com Flores (2011), a proximidade fronteiriça e as disparidades de poder entre os EUA e o México tendem a produzir uma relação pouco flexível e que dificulta a cooperação em termos menos desiguais. Flores (2011) destaca que somente um aumento no poder de barganha do México, com a ampliação de parcerias além dos EUA poderia reverter esta situação. A mesma percepção é apresentada por Pellicer (2006): a autora ressalta que a posição do México no sistema internacional se encontra relacionada diretamente às suas relações bilaterais com os EUA. Historicamente, até o fim da Guerra Fria, o México buscou preservar maior margem de manobra diante dos EUA com uma política externa independente. Esta independência foi substituída pela priorização das relações bilaterais EUA-México. O símbolo desta nova fase foi a entrada em vigor do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA em inglês⁴), em 1994. Ao longo dos anos, este acordo acentuou o peso dos EUA na economia e na política mexicanas, e sua dependência diante dos EUA.

O objetivo deste artigo é mapear as relações bilaterais México-EUA, entendidas como uma relação de interdependência assimétrica (KEOHANE; NYE, 1989)⁵, a partir de 2000, com foco na perspectiva mexicana. Busca-se entender qual foi o padrão de interação entre os países e identificar os temas de cooperação e de conflito nas relações bilaterais. O texto também discute as implicações das relações bilaterais para a inserção internacional do México até o início do governo de Andrés Manuel López Obrador, em 2019.

Para isso, está estruturado em cinco partes, com esta introdução e as conclusões: um breve panorama da política externa mexicana, os períodos dos governos de Vicente Fox (2000-2006), de Felipe Calderón (2006-2012), de Enrique Peña Nieto (2012-2018) e o início do de López Obrador (2018-) que, nos EUA coincidem com o último ano da administração do democrata Bill Clinton (1993-2001), os mandatos do republicano George W. Bush (2001-2009), do democrata Barack Obama (2009-2017) e os anos iniciais do republicano Donald Trump (2017-).

A política externa do México: breve panorama do século XX

As relações bilaterais México-EUA são caracterizadas por particularidades históricas, geopolíticas e geoeconômicas. Do ponto de vista mexicano, questões

4 No original, NAFTA, *North American Free Trade Agreement*.

5 A interdependência assimétrica refere-se a situações de dependência mútua entre Estados que apresentam significativa diferença em seus recursos de poder.





relativas à soberania e à ingerência estadunidense são temas sensíveis. Ao longo do século XX até o fim da Guerra Fria esta postura se refletiu em relações internacionais autônomas, diversificadas e não alinhadas aos EUA. O governo mexicano participou ativamente de fóruns internacionais multilaterais e procurou diversificar, política e economicamente, as suas relações exteriores com ênfase na Cooperação Sul-Sul (CSS).

Bernal-Meza (2007) indica que esta postura de autonomia nas relações exteriores caracterizou a agenda diplomática das décadas de 1970/1980. Tendo como base as reflexões da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), o México, assim como outros países, baseou suas estratégias internas e externas na ampliação dos intercâmbios internacionais, na industrialização por substituição de importações e na construção de uma potência média (VISENTINI, 2013)⁶. Como exemplos destacam-se a participação do México nos fóruns multilaterais terceiro-mundistas e no Grupo de Contadora, em 1983.

A singularidade do México foi o domínio do Partido Revolucionário Institucional (PRI), que garantiu relativa estabilidade política. Enquanto se adotava uma postura autoritária internamente, mantinha-se uma “política externa de Estado”, com forte traço revolucionário (GONZÁLEZ, 1989). Com a crise da dívida nos anos de 1980 e o decreto da moratória mexicana, em 1982, a América Latina entrou na “Década Perdida” (BERNAL-MEZA, 2007), o que levou à quebra desta estratégia e à mudança de paradigma da política externa e interna.

Em 1989, o fechamento de espaços internacionais e a potencial unipolaridade norte-americana somente acentuaram a dependência geopolítica e geoeconômica México-EUA. A partir do governo de Miguel de La Madrid, do PRI (1982-1988), com a continuidade na gestão de Salinas de Gortari (1988-1994) e Ernesto Zedillo (1994-2000), o país iniciou a aproximação com os EUA e a adesão à agenda neoliberal do Consenso de Washington, processo comum na região.

No âmbito latino-americano, agregou-se a esta pauta a promoção dos acordos de livre comércio regionais, com baixa institucionalização política e foco na abertura econômica, liderados pelos EUA, governados pelo republicano George H. Bush (1989-1993). O estabelecimento do NAFTA insere-se neste quadro e formaliza as relações econômicas e a dependência do México diante dos EUA. Ele foi o primeiro

6 O conceito de potência média se refere a nações de porte grande e médio, que buscam o desenvolvimento autóctone e o incremento de capacidades multilaterais e estatais. Os projetos de desenvolvimento são baseados na indução, pelo Estado, da industrialização e de setores estratégicos como infraestrutura, transportes e comunicações. Dentre os exemplos citam-se: o Brasil do período do Regime Militar de 1964 a 1985, na América Latina, a Coreia do Sul e a Índia na Ásia.





de uma série de Tratados de Livre Comércio feitos pelo México. Ainda na década de 1990, o país fez acordos deste nível com a Costa Rica, a Nicarágua e o Chile (MÉXICO, SECRETARÍA DE ECONOMÍA, 2017). O México tem 12 acordos de livre comércio com cerca de 50 países⁷ (EXPORT GOV, 2019).

As relações comerciais México-EUA já eram intensas. Antes do Tratado entrar em vigor, em 1993, o México exportou para os EUA 82,7%, enquanto importou 69,2% (MÉXICO, SECRETARÍA DE ECONOMIA, 2019). A China representava pouco: na pauta de exportações, 0,08%, e na de importações, 0,59% (MÉXICO, SECRETARÍA DE ECONOMÍA, 2019). Para os membros da Associação Latino-americana de Integração (ALADI), o México exportou 3,4% do total, em 1993, e importou 3,3% (MÉXICO, SECRETARÍA DE ECONOMÍA, 2019). Em 2018, o comércio exterior do México com os EUA se concentrou no âmbito das exportações, 79,4%, mas mais diversificado nas importações, 46,4% do total (MÉXICO, SECRETARÍA DE ECONOMÍA, 2019). O NAFTA, portanto, ampliou tendências existentes.

Como estrutura de livre comércio construída na lógica do regionalismo aberto (representativa de integração flexível), o NAFTA se caracterizava pelo teor econômico das trocas comerciais, mesmo com o acréscimo de acordos paralelos pelos EUA. Estes acordos, no setor ambiental e trabalhista, visavam minimizar as críticas internas ao projeto que, supostamente, transferiria empregos norte-americanos ao México, país que possui legislações mais frouxas nestes campos.

Apesar destas pressões, em 1994 acreditava-se que o NAFTA pudesse maximizar as oportunidades econômicas do México, por meio da abertura comercial e financeira. Nenhuma das expectativas se realizou: nem a dos EUA, de barrar a transferência de indústrias para o México (*maquiladoras*), nem a do México, de que as exportações para o vizinho e a entrada de investimentos externos dinamizariam sua economia. Simbolicamente, a entrada em vigor do NAFTA, em 1994, coincide com o levante do Exército Zapatista de Libertação Nacional no México, que expõe as contradições políticas, estratégicas e sociais do país⁸.

O governo dos EUA esperava utilizar o acordo como uma plataforma para outros tratados, que englobariam o continente: o NAFTA poderia ser incorporado na Iniciativa para as Américas (IA), que visava a construção de uma Zona Hemisférica

7 Dentre os países e blocos com os quais o México possui acordos de livre comércio incluem-se a União Europeia (UE), a Associação de Cooperação Econômica do Pacífico (APEC), Japão e Israel.

8 O EZLN configura-se como um movimento revolucionário de esquerda, com bases no pensamento marxista, que se estabeleceu em Chiapas, sul do México. Dentre as suas bandeiras, estabelecidas na Primeira Declaração da Selva Lacandona encontram-se a defesa da soberania popular do México, a liberdade para os povos indígenas elegerem suas autoridades e o fim do saque aos recursos naturais do país.





de Livre Comércio (ZHLC). A IA não obteve avanços entre 1990/1991 e, a partir de 1994, foi substituída pelas negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). A ALCA também não entrou em vigor, esgotando-se ao longo do processo negociador entre 1994 e 2005⁹. O governo do México temia que ela gerasse uma diluição da relação preferencial diplomática e do NAFTA, em prejuízo das relações bilaterais. O México se insere no século XXI, consolidando as tendências de abandono da autonomia e prioridade à agenda bilateral com os EUA.

O governo de Vicente Fox (2000-2006)

A chegada ao poder do Partido da Ação Nacional (PAN), em 2000, trouxe grandes expectativas de mudança na condução das relações exteriores. A política externa seria o principal mecanismo para projetar o México democrático no sistema internacional, depois de mais de setenta anos de domínio do PRI. Entretanto, este governo não mudou o escopo das relações bilaterais México-EUA, implementadas no imediato pós-Guerra Fria: observou-se a continuidade do processo de realinhamento dos anos 1990, reforçando a interdependência dentro do paradigma neoliberal.

A mudança partidária consolidou a abertura política. Em 1997, o governo mexicano firmou o Acordo Global com a União Europeia, que inclui uma cláusula democrática¹⁰, e reconhece a jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Em 2000, o México ratificou o Estatuto de Roma, que instituiu o Tribunal Penal Internacional. Foi na gestão Fox que o México ocupou, pela primeira vez, um assento temporário no Conselho de Segurança da ONU, no período 2001-2002¹¹.

9 Desde 2005, a proposta da ALCA, foi abandonada. A probabilidade de que projetos regionais similares, liderados pelos EUA, sejam retomados é quase nula devido às políticas comerciais protecionistas da administração Trump e a baixa prioridade atribuída ao continente latino-americano.

10 A cláusula democrática, que também consta no Mercado Comum do Sul (Mercosul), refere-se à demanda de que os países membros de um bloco regional preservem seu regime democrático, desenvolvendo instrumentos de proteção e preservação dos direitos humanos. Em caso de ruptura de ordem democrática, os Estados membros em violação desta regra podem ser suspensos do bloco, ou até expulsos. Neste caso específico México-UE, o artigo 39 do "Acordo de Associação Econômica, "Concertación Política y Cooperación entre la Comunidad Europea y sus Estados miembros, por una parte, y los Estados Unidos Mexicanos, por otra" prevê que as partes atuarão em prol dos direitos humanos e dos valores democráticos (EUROPEAN UNION, 1997, s/p).

11 O Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSONU) é composto por quinze membros: cinco membros permanentes, com direito a poder de veto, e dez membros não-permanentes, sem poder de veto. Os cinco membros permanentes definidos na fundação da organização são os EUA, a França, o Reino Unido, a China e a Rússia. Os dez membros não permanentes são eleitos pela Assembleia Geral (AG), e seus mandatos são de dois anos.





Para Velasco (2010), a incorporação na agenda de temas relacionados à democracia e aos direitos humanos teria um efeito “cadeado” no ambiente doméstico, evitando mudanças em governos futuros.

Contudo, não se contava com a alteração brusca no quadro internacional. Os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 submeteram a política externa mexicana a grande pressão por parte dos EUA, comprometendo os objetivos estratégicos. Para os EUA de George W. Bush, eram prioridades o foco na Guerra Global contra o Terrorismo na Eurásia (Afeganistão-2001/2014 e Iraque- 2003/2011) e a projeção de poder sustentada em temas de segurança.

As divergências se expressaram em diversos níveis, no bilateral e no multilateral. De acordo com Blackmore e Pellicer (2011), o México não conseguiu expressar a solidariedade necessária depois dos atentados, o que prejudicou a cooperação. Maior distanciamento se apresentou no caso da invasão ao Iraque: enquanto a grande potência buscava apoio para a guerra preventiva, o México defendia uma saída multilateral negociada, como diversas nações do sistema internacional, dentre as quais Alemanha, Rússia, França e Brasil. Os norte-americanos prosseguiram com a operação de guerra no Oriente Médio, sustentada na Estratégia de Segurança Nacional de 2002, a Doutrina Bush¹².

O predomínio de temas de segurança se traduziu em uma agenda voltada para as questões de imigração e do narcotráfico, diferente do interesse mexicano que focava a revitalização do NAFTA. No que se refere ao narcotráfico, os EUA introduziram uma definição ampliada do termo “narcoterrorismo”, que liga os cartéis de drogas ao financiamento das atividades terroristas. Esta classificação passa a ser aplicada ao caso da Colômbia, país com o qual os EUA já possuíam uma operação conjunta de guerra contra as drogas o Plano Colômbia (2000), e estende-se ao México, através da Iniciativa Mérida¹³.

De acordo com Heredia e Rozental (2011), este processo levou ao distanciamento estratégico. O período pós-11/09 gerou a gradual deterioração da imagem mexicana para os norte-americanos, que passaram a perceber o país como uma ameaça devido à pressão do tráfico de drogas e da imigração ilegal na fronteira.

12 A Doutrina Bush sustentava que os EUA deveriam antecipar-se aos perigos à segurança nacional.

13 A América Latina se inseriu na GWT pela declaração da Tríplice Fronteira Argentina, Paraguai e Brasil como zona de risco terrorista. Outras iniciativas foram a revitalização da Quarta Frota do Atlântico Sul, o aumento de investimentos no Comando Militar do Sul (USSOUTHCOM) e a criação do Comando Militar da África (USAFRICOM).





O caráter interméstico destes temas se acentua, naturalizando-se no debate político norte-americano.

A avaliação é compartilhada por Blackmore e Pellicer (2011). O aumento da preocupação dos EUA com a sua segurança nacional transbordou para a agenda bilateral. Para Blackmore e Pellicer (2011), a agenda da segurança é a que mais avança, haja visto o esgotamento do entusiasmo com o NAFTA. Nessa mesma linha Flores (2011) acredita que “[...] a agenda bilateral EUA-México “securitizou-se” e/ou “narcotizou-se”, enquanto outros temas passaram para um plano secundário”¹⁴ (FLORES, 2011, p. 87, tradução nossa).

Os EUA definiram a agenda unilateralmente, enterrando qualquer possibilidade de negociação. Chegar a um acordo migratório era o principal objetivo da política externa do presidente Fox. Ele era parte da proposta do México do NAFTA-*plus*, ou seja, criar “[...] uma comunidade na América do Norte que promovesse o livre trânsito de bens, serviços e indivíduos”¹⁵ (VELASCO, 2010, p. 136, tradução nossa). Esperava-se incluir novos temas que não tinham sido acordados. Este seria, para o Secretário das Relações Exteriores do México, Jorge Castañeda, um dos eixos da política externa no período, a construção de uma “relação de alcance estratégico com os EUA”. O outro seria desenvolver uma participação mais ativa do México no cenário internacional do século XXI (CASTAÑEDA, 2001):

Todas as nações tendem a equilibrar as suas relações bilaterais assimétricas fortalecendo vínculos com outros países ou outras regiões. Isso é praticamente impossível para o México. Devido à sua localização geográfica e seus estreitos vínculos com os Estados Unidos, nosso país não pode se propor à equilibrar a sua política externa mediante outro esforço bilateral, dando maior peso à outro país ou, inclusive, à outra região, já que esse necessariamente teria um efeito limitado, dada a assimetria da nossa relação e a posição hegemônica dos Estados Unidos no sistema internacional¹⁶. (CASTAÑEDA, 2001, s/p, tradução nossa).

14 “[...] la agenda bilateral de Estados Unidos y México se ha “securitizado” y/o “narcotizado”, mientras que otros temas han pasado a un plano secundario” (FLORES, 2011, p. 87).

15 Do original: “[...] una comunidad de América del Norte que promoviera el libre tránsito de bienes, servicios e individuos” (VELASCO, 2010, p. 136).

16 Do original: “Todas las naciones tienden a equilibrar sus relaciones bilaterales asimétricas fortaleciendo vínculos con otros países u otras regiones. Ello resulta prácticamente imposible para México. Por su ubicación geográfica y sus estrechos vínculos con Estados Unidos, nuestro país no puede proponerse equilibrar su política exterior mediante otro esfuerzo bilateral, dando mayor peso a otro país o, incluso, a otra región, toda vez que éste necesariamente tendría un efecto limitado, dada la asimetría de nuestra relación y la posición hegemónica de Estados Unidos en el sistema internacional” (CASTAÑEDA, 2001, s/p).





De acordo com Castañeda (2001), nenhum país poderia substituir os EUA na economia mexicana. A alternativa para maior autonomia e poder de barganha poderia derivar do incremento da participação mexicana nas organizações internacionais multilaterais. Oficialmente, esta correlação se traduziria em maior equilíbrio das relações internacionais e, conseqüentemente, de suas relações com os EUA. Este objetivo de “equilibrar” as relações bilaterais EUA-México não foi alcançado, pois não houve alteração nos fatores econômicos da dependência.

As relações econômicas não foram aprofundadas e a agenda se tornou mais securitizada. Na visão de Garza, Schiavon e Flores (2010), a gestão Fox não conseguiu promover as mudanças necessárias para diminuir a vulnerabilidade. Pelo contrário, aprofundou a dependência e aumentou a distância que separava o México da América Latina. O governo Fox discordou abertamente das posturas ideológicas de muitos países na América Latina

Fox procurou se contrapor, como indica Bernal-Meza (2007), aos movimentos de esquerda na região, que passaram a ser denominados de “onda rosa”, e à sua visão bolivariana em alusão aos processos de libertação nacional e soberana do século XIX, conduzidos por Simon Bolívar. Para Chodor (2015), a “onda rosa” era representativa de um processo de reavaliação do paradigma neoliberal de política interna e externa dos países latino-americanos, visando uma correção de rumos mais voltada às políticas de valorização do Estado, recuperação de projetos sociais e inserção internacional autônoma no eixo Sul-Sul, em contraposição ao alinhamento com os EUA. Esta política respondia não só à crise política, econômica e social, mas era representativa de um maior interesse em aprofundar os laços regionais.

No século XXI, esta agenda foi liderada por Hugo Chávez (1999-2013) na Venezuela e Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010) no Brasil, também se podendo destacar no Chile Michelle Bachelet (2006-2010 e 2014-2018) e na Argentina Nestor (2003-2007) e Cristina Kirchner (2007-2015). Este movimento enfatizava posições críticas com relação aos paradigmas neoliberais e a proposta de uma integração americana autônoma, com foco na independência e soberania regional, e não no realinhamento aos EUA. Representava um contraponto direto às perspectivas mexicanas.

Fox se apresentou aos norte-americanos como um potencial líder do sistema subregional da América Central e do Caribe, em contraposição ao projeto da Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA). Atualmente denominado





“Proyecto Integración y Desarrollo Mesoamérica”, o “Plan Puebla-Panamá¹⁷”, pensado pelo México, visa construir um sistema de cooperação entre as nações locais (Belize, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicaragua e Panama). Esta estruturação geopolítica e geoeconômica foi simultânea aos esforços de integração regional do Brasil: vide a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) criada em 2008, substituta da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) vigente entre 2004 e 2007.

O México não fazia parte destes arranjos, assim como não participara das negociações prévias do projeto de Integração da Infraestrutura Sul-Americana (IIRSA) nos anos 2000. Continuava apoiando uma visão pró-EUA, a despeito do afastamento norte-americano devido à Guerra Global Contra o Terror e à securitização da pauta bilateral em torno da imigração e do narcotráfico.

Em Outubro de 2006, a assinatura pelo Presidente W. Bush do “Secure Fence Act” iniciou o processo de reforma do sistema de imigração norte-americano em duas dimensões: a dimensão jurídica, que criminaliza a situação dos imigrantes ilegais que atravessam a fronteira EUA-México e a dos migrantes indocumentados que já residiam nos EUA, com medidas como encarceramento e deportação; e a dimensão securitária. Esta segunda dimensão envolve a ampliação do aparato de segurança por meio da militarização da fronteira, com o incremento do patrulhamento e de efetivos na região, o monitoramento por novas tecnologias e a construção de uma barreira física, i.e, o Muro EUA-México. Embora o tema tenha ganho visibilidade na gestão Trump, a construção do Muro e seus dilemas, referentes a efetividade, financiamento, características já ocorrem a mais de uma década, ampliando a agenda de segurança bilateral (US MEXICO SECURITY TASK FORCE, 2019).

Diante desses impasses, estava clara a necessidade de recompor os vínculos com a América Latina. O México apenas havia mantido sua dependência dos EUA e permanecia isolado. Em 2000, chegou a exportar para o vizinho 88,7% dos seus produtos, um valor recorde (MÉXICO, SECRETARÍA DE ECONOMÍA, 2019). Desde então, este número diminuiu, ainda que os EUA continuem sendo o principal sócio comercial do México:

17 O “Plan Puebla-Panamá” foi criado em 2000 com o objetivo de fomentar o desenvolvimento na América Central. Ele passou a chamar “Proyecto Integración y Desarrollo Mesoamérica” em 2007, com a incorporação da Colômbia.





Quadro 1 – Parceiros de Exportação do México (2001/2006) – Participação em %

	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Estados Unidos	88,5	88,1	87,5	87,5	85,6	84,7
ALADI	1,8	1,8	1,7	2,2	2,8	3,2
América Central	0,8	0,9	0,9	0,9	1,1	1,1
União Europeia	3,2	3,4	3,7	3,6	4,2	4,4
China	0,1	0,4	0,5	0,5	0,5	0,6

Fonte: Elaboração própria com base em Banco de México (2017) e Secretaria de Economia (2019).

Como o Quadro 1 indica, o governo de Vicente Fox entre 2001 e 2006 apenas reproduziu a tendência econômica de dependência dos mercados norte-americanos. Não houve uma ampliação de mercados para a exportação dos produtos mexicanos, preservando-se a situação de interdependência assimétrica. Para o México a dependência centralizada em um só mercado eleva sua vulnerabilidade econômica, e dificulta obter melhores condições de barganha em negociações comerciais. As alterações nas exportações são pouco significativas. Apenas ressaltam a condição subordinada do país à esfera de influência norte-americana e sua participação marginal nos mercados europeu, asiático e latino-americano. No caso das importações percebem-se algumas alterações, como indica o Quadro 2.

Quadro 2 – Parceiros de Importação do México (2001/2006) – Participação em %

	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Estados Unidos	67,5	63,1	61,7	56,3	53,4	50,8
ALADI	2,8	3,2	3,8	4,5	4,7	4,8
América Central	0,2	0,3	0,7	0,6	0,6	0,5
União Europeia	9,9	10,0	12,7	11,0	11,6	11,3
China	2,3	3,7	5,5	7,3	7,9	9,5

Fonte: Elaboração própria com base em Banco de México (2017) e Secretaria de Economia (2019).

O período Fox apresentou diminuição da participação dos EUA na pauta de importações do México (em mais de 15%), e o crescimento da participação da UE e da China (com maior expansão da China proporcionalmente). Os esforços de aproximação com a China eram lentos, como aponta Peters (2016), o que sugere perda de oportunidades. Segundo Flores (2010) Fox deixou o país em uma situação menos favorável. Para ele, “[...] a política externa mexicana se ajustou ao tema da agenda bilateral que interessava particularmente aos Estados Unidos: a segurança





nacional”¹⁸ (p. 108, tradução nossa). O auge desse processo foi a criação da Aliança para a Segurança e a Prosperidade da América (ASPAN), em 2005.

O governo de Felipe Calderón (2006-2012)

Felipe Calderón, também do PAN, foi eleito em meio a um cenário de polarização política. Eram amplos os questionamentos sobre as opções relativas ao NAFTA e às relações com os EUA. A sociedade se encontrava dividida, reproduzindo contradições pelas quais passara a América Latina: a continuidade do neoliberalismo com Calderón, ou uma mudança em direção à agenda da “onda rosa”, representada pelo candidato Andrés Manuel López Obrador, do Partido da Revolução Democrática (PRD). Calderón venceu por cerca de 233 mil votos (MÉXICO, INSTITUTO FEDERAL ELECTORAL, 2006), em eleição contestada pela oposição por conta de possíveis fraudes, o que o levou a buscar legitimidade para governar.

O quadro internacional gerado pela GWT, o isolamento norte-americano, a intensificação de tendências multipolares representadas pela ascensão do Sul simbolizado pelos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul)¹⁹ e o ambiente doméstico no México promoviam incentivos para algumas mudanças externas. A reformulação era sustentada pela percepção de que a relação bilateral permanecia definida em termos securitários, com foco na visão norte-americana de combate à imigração ilegal e a guerra contra as drogas. Para Heredia e Rozental (2011), os EUA viam o México como coadjuvante e receptor de políticas, o que somente aprofundava as assimetrias. Esta situação gerava perdas para o governo, que se via pressionado pela opinião pública a assumir posturas mais assertivas.

Além da construção do muro, iniciada em 2006, e da intensificação do patrulhamento na fronteira, o estabelecimento da Iniciativa Mérida, a “guerra contra as drogas mexicana”, é um marco. Em 2008, por meio de um acordo bilateral, a Iniciativa Mérida entrou em vigor, sustentando-se em quatro pilares: “afetar a capacidade operativa do crime organizado”, buscando diminuir o poder dos grupos e a produção de drogas; “institucionalizar a capacidade pública para manter o Estado de direito”, fortalecendo as instituições para melhor controle interno; “criar

18 Do original: “[...] la política exterior mexicana se ajustó al tema de la agenda bilateral que interesaba particularmente a Estados Unidos: la seguridad nacional” (FLORES, 2010, p. 108).

19 O México foi incluído como emergente em: MINT (México, Indonésia, Nigéria e Turquia); MIKTA (México, Indonésia, Coreia do Sul, Turquia e Austrália); e NEXT-11 (México, Bangladesh, Egito, Indonésia, Irã, Coreia do Sul, Nigéria, Paquistão, Filipinas, Turquia e Vietnã), ver GOLDMAN SACHS, 2017, s/p.





a estrutura fronteiriça do século XXI”, investindo em tecnologia mais moderna de patrulha; e “construir comunidades fortes e resilientes”, implementando programas de trabalho e expandindo a rede de proteção social (EMBAJADA Y CONSULADOS DE ESTADOS UNIDOS EN MÉXICO, 2017).

A chegada de Barack Obama ao poder, em 2009, trouxe a expectativa de que seriam realizados ajustes nestas políticas e na agenda migratória. Obama, visando atingir o eleitorado latino em sua campanha de 2008, realizou inúmeras promessas com relação a uma reforma de migração justa e a renovação dos laços político-econômicos. A ideia era reforçar a premissa da parceria estratégica, o que foi visto com bons olhos pelo governo Calderón. Como aponta Lowenthal (2011),

A administração de Obama encontrou-se diante de um dilema: planejar esforços de emergência para diminuir impactos dos problemas do México nos Estados Unidos ou elaborar uma parceria mais efetiva com o México em prol de ajudá-lo a lidar com esses problemas e diminuir os possíveis impactos. (LOWENTHAL, 2011, s/p, tradução nossa²⁰).

A visita de Obama ao México, em abril de 2009, indicou a impossibilidade de um diálogo sustentado: para os EUA, os focos eram a Guerra do Iraque e a crise econômica de 2008, enquanto para o México eram prioridades temas como desenvolvimento, política migratória e a violência nas fronteiras (FLORES, 2011). Um dos pontos de maior insatisfação foi a resposta unilateral norte-americana à crise de 2008-2009, mesmo diante de todos os efeitos negativos na economia mexicana. Em 2009, o Produto Interno Bruto do México caiu 4,7% (MEXICO-WORLD BANK, 2019) e a moeda passou por forte instabilidade.

Os esforços de Obama esbarravam em uma forte oposição do Legislativo e de parte da população, o que levou a uma agenda tardia e incompleta de reformas. Em 2010, os grupos de interesse mexicanos e latinos realizaram uma importante marcha em Washington, demandando o cumprimento das promessas de campanha e a observância dos direitos civis e constitucionais dos imigrantes, mesmo os indocumentados.

Para Heredia e Rozental (2011), qualquer reforma de imigração teria responder a interesses de dois grupos distintos: o eleitorado latino e a população em geral. Os autores apontam as seguintes temáticas como chave: maior controle de fronteiras

20 Do original: The Obama administration found itself faced with a choice: plan emergency efforts to quarantine the United States from troubles in Mexico, or devise a more effective partnership with Mexico in order to help deal with that country’s problems and their implications for the United States. (LOWENTHAL, 2011, s/p)





e pontos de entrada nos EUA e sanções para os indocumentados; regularização do status de trabalhadores indocumentados que passem pela mudança de legislação e aplicação de multas; criação de caminhos legais para os trabalhadores já com *green card* se tornarem cidadãos permanentes; e soluções para regularizar o fluxo de trabalhadores temporários ou convidados em épocas de necessidade, conforme a sazonalidade do mercado de trabalho.

O resultado foi o desgaste das relações bilaterais que, associado à crise econômica no México, levou à reconsideração da agenda internacional. Mas, em que consistia esta reformulação? Na América Latina, os desdobramentos do governo anterior indicavam a necessidade de recomposição dos laços, a começar pela relação com Cuba²¹. Flores e Castillo (2012) observam que a América Latina foi o principal destino dos esforços diplomáticos do México no sexênio, além da Ásia, alavancados pela importância estratégica da China. O incremento da cooperação com as regiões emergentes seria um contrapeso aos EUA (FLORES; CASTILLO, 2012).

Identifica-se mudança de percepção entre os dois governos do Partido da Ação Nacional (PAN). Enquanto na gestão de Fox se acreditava na possibilidade de contrabalancear a dependência por meio da atuação nos fóruns internacionais, mantendo a aposta nas relações com a grande potência, na gestão de Calderón se acresceram os pesos atribuídos às regiões, em particular aquelas que ganhavam projeção. De acordo com Icaza e Sandoval (2014), a emergência a consolidação da região do Pacífico, pressionou os países intermediários a ter uma política externa proativa, para buscar espaços econômicos.

O México procurou se engajar com a região do Pacífico, formalizando o Foro do Arco do Pacífico Latino-Americano (2007) e a Aliança do Pacífico (2012). Além disso, estabeleceu uma Parceria Estratégica com a China (2013), que, como visto no Quadro 2, foi um dos intercâmbios que mais cresceu no campo das importações no governo Fox. A ampliação dos laços sino-mexicanos apresenta semelhanças e diferenças a outros países latino-americanos.

Em termos de semelhanças, a aproximação é sistemática desde o início do século XXI, como parte da projeção de poder da China no hemisfério ocidental. Tal ação foi intensificada a partir de 2008 com a edição do *White Paper* para a América Latina (CHINA'S POLICY PAPER ON LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN, 2008) e iniciara-se em 2004, com a Diplomacia de Cúpulas do governo Hu Jintao, como aponta Zhu (2013). Baseada na CSS e na doutrina chinesa do desenvolvimento

21 A incorporação na agenda externa do México dos temas de direitos humanos e democracia aumentou as tensões com Cuba e um rompimento com padrões anteriores.





pacífico e harmonioso, estruturada nos princípios de um jogo de ganho-ganho, esta projeção levou à intensificação de laços comerciais e políticos na América Latina. A presença da China no México se insere neste quadro²², que cresce no vácuo do poder estadunidense.

Em termos de diferenças, o México mais importa do que exporta à China, padrão oposto ao dos demais países latino-americanos, que têm nas exportações de *commodities* alimentares, energéticas e de matérias-primas (minérios e insumos estratégicos) para a China, seu pilar central²³. Cornejo (2019) aponta que este desequilíbrio se deve ao fato de que China e México concorrem no setor comercial de bens intermediários e, segundo, pelo fato do México não possuir uma forte presença no setor de *commodities* alimentares e minerais (e no campo das *commodities* energéticas como petróleo direcionar a maior parte de sua pauta aos EUA).

A presença da China no México não afeta as relações de interdependência com os EUA. Porém, como Ellis (2018) sustenta, a ação da China na América Latina é percebida como um problema de segurança pelos EUA à medida que permite que um ator extrarregional esteja cada vez mais atuante em uma região geopolítica e geoconômica inserida na esfera de influência norte-americana. No atual contexto das relações sino-americanas, a América Latina pode se converter em importante tabuleiro de disputas (DAALDER; LINDSAY, 2018; KAPLAN, 2018).

Foi lançada a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), em 2010, que visava ser o principal fórum de discussões multilateral do continente. O México optou por se inserir na CELAC, ampliando seus canais de interlocução política, econômica e social. Em um contexto internacional no qual o multilateralismo perde espaço existe a demanda para que os países em desenvolvimento abram mais espaços de negociação e alianças (MAIHOLD, 2012).

Caso o México optasse por mudar sua inserção internacional, esta estratégia poderia colocar em xeque sua relação com os EUA, à medida que haveria a possibilidade de encontrar alternativas. Este seria um cenário que mais se assimilaria ao “equilíbrio” pretendido pelo Ministro das Relações Exteriores, Castañeda, já examinado. Para os EUA não seria interessante, pois reduziria a dependência mexicana.

O Plano Nacional de Desenvolvimento²⁴ 2007-2012, afirma que o México não ocupa um espaço no sistema internacional condizente com suas capacidades, o que

22 Ver FUNG; GARCIA-HERRERO, 2012; GALLAGHER; PORCEZANSKI, 2010.

23 Recomenda-se MYERS; WISE, 2017; VADELL, 2019.

24 Documento lançado todo início de sexênio pela Presidência da República do México, no qual constam os objetivos e as estratégias do novo governo.



poderia ser atingido com uma “política externa responsável”, de atenção à governança internacional, às agendas de sustentabilidade e progresso humano (MÉXICO, PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA, 2007). A projeção mais ampla ou “multivetorial” do México no sistema internacional não significa se afastar dos EUA. A CELAC e a Aliança do Pacífico são iniciativas pouco formalizadas, que não questionam a influência da grande potência no continente e na política externa do México.

Reconhece-se que a “América do Norte é a região do mundo que possui maior impacto sobre o bem-estar e o futuro do México em termos humanos, econômicos, comerciais e políticos”²⁵ (MÉXICO, PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA, 2007, p. 295, tradução nossa). Para que o NAFTA respondesse de forma mais efetiva aos novos desafios do sistema internacional e do “desenvolvimento compartilhado”, seria necessário que se avançassem “[...] a etapas superiores de concentração econômica”²⁶ (MÉXICO, PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA, 2007, p. 295, tradução nossa), além de ser um objetivo prioritário do México o estabelecimento de uma solução duradoura para a problemática migratória.

Mesmo diante do discurso de diversificação de parcerias e das iniciativas práticas, continuam em vigor, como principal objetivo da política externa do México, as relações com os EUA. Calderón não se afastou do vizinho em termos econômicos e estratégicos, pelo contrário, ambos expandiram a cooperação para o âmbito militar. A participação do México nas iniciativas regionais representou a recomposição dos laços com a América Latina e o Caribe e a expansão do espaço de projeção política do México, sem ampliação dos vínculos econômicos:

Quadro 3 – Parceiros de Exportação do México (2007/2012) – Participação em %

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Estados Unidos	80,1	80,1	80,5	79,9	78,5	77,6
ALADI	3,8	4,8	4,3	5,0	5,4	5,6
América Central	1,2	1,3	1,3	1,2	1,2	1,2
União Europeia	4,9	5,8	5,0	4,8	5,4	5,9
China	0,6	0,7	0,9	1,4	1,7	1,5
Japão	0,7	0,7	0,6	0,6	0,6	0,7

Fonte: Elaboração própria com base em Banco de México (2017) e Secretaria de Economia (2019).

25 Do original: “América del Norte es la región del mundo que tiene mayor impacto sobre el bienestar y el futuro de México en términos humanos, económicos, comerciales y políticos” (MÉXICO, PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA, 2007: p. 295).

26 Do original: “La región de América del Norte debe adecuar sus dinámicas de interacción institucional para responder a los nuevos retos de la competencia, la regionalización y el desarrollo compartido, avanzando hacia etapas superiores de concertación económica” (MÉXICO, PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA, 2007: p. 195).



O quadro 3 demonstra continuidade com o período anterior, com as exportações focadas no mercado estadunidense. As variações foram mínimas, independentemente do fato de que o período incluiu um importante evento econômico: a crise econômica global de 2008, que teve nos EUA um de seus epicentros e afetou também a UE.

Quadro 4 – Parceiros de Importação do México (2007/2012) – Participação em %

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Estados Unidos	49,9	49,0	47,9	48,0	40,6	49,9
ALADI	4,4	3,9	3,4	3,1	2,8	2,4
América Central	0,5	0,5	0,7	0,9	1,0	1,2
União Europeia	12,0	12,7	11,6	10,8	10,7	11,0
China	10,5	11,2	13,8	15,1	14,8	15,3
Japão	5,7	5,2	4,8	4,9	4,7	4,7

Elaboração própria com base em Banco de México (2017) e Secretaria de Economía (2019).

O Quadro 4 mantém as tendências apresentadas. Comparando os dados do sexênio Fox e da administração Calderón confirma-se a tendência de ampliação da participação da China no comércio exterior do México. As importações mexicanas da China continuaram em elevação, implicando diminuição do conteúdo importado de todos os outros sócios, com exceção da América Central. Apesar de as iniciativas com a América Latina serem recentes, a alta concentração das exportações nos EUA sugere que essa região seguirá ocupando posição marginal no comércio exterior do México.

O governo de Enrique Peña Nieto (2012-2018²⁷)

A sucessão de Calderon foi, mais uma vez, conturbada, opondo novamente o candidato reformista López Obrador à agenda de continuidade representada por Enrique Peña Nieto, do PRI. Peña Nieto sagrou-se presidente, enquanto na América Latina se percebia certo esvaziamento dos movimentos de centro-esquerda.

O objetivo da política externa mexicana continuou sendo ampliar o peso do país no sistema internacional, inserindo-se como um ator de “responsabilidade

²⁷ Recomenda-se a edição especial de Foro Internacional de Julio-Diciembre 2019.





global”. De acordo com o Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2018, isso significava “ampliar e fortalecer a presença do México no mundo”²⁸ (MÉXICO, PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA, 2013, p. 7, tradução nossa). Sobre a relação com os EUA, objetiva “ampliar e aprofundar o diálogo bilateral com os Estados Unidos, com base em uma agenda que reflita a diversidade, a complexidade e o potencial da relação”²⁹ (MÉXICO, PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA, 2013 p. 147, tradução nossa). Nos objetivos específicos não consta o estabelecimento de uma política migratória, elemento que contrapõe este Plano ao anterior. Estes temas se estendem às discussões do Programa Setorial de Relações Exteriores, cujas prioridades são:

(1) Impulsionar relações bilaterais que contribuam para ampliar a presença do México no mundo (2) Contribuir ativamente em fóruns multilaterais em temas de interesse para o México e o mundo (3) Promover uma política de cooperação internacional para o desenvolvimento em benefício do México e de outros países (4) Promover o México mediante a difusão de suas forças e oportunidades em matéria econômica, turística e cultura; e (5) Proteger os interesses e os direitos dos cidadãos mexicanos no estrangeiro, fomentando sua inclusão no país. (MÉXICO, SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES, 2013: p.10, tradução nossa³⁰)

Esta declaração oficial, conforme Schiavon e Fischer (2019), esbarrava em questões práticas: a pouca projeção e o orçamento restrito do serviço diplomático mexicano. Entretanto, os autores destacam que estes posicionamentos se mostraram relevantes pois sinalizavam possibilidade de mudança. Lallande (2019) e Velasco (2019) apontaram a existência de esforços de CSS e de reposicionamento em organismos multilaterais. Embora a dependência com os EUA não tenha sido quebrada, pelo menos se observou uma expansão das negociações mexicanas que poderiam, no médio e no longo prazo, estruturar-se autonomamente.

28 Do original: “Ampliar y fortalecer la presencia de México en el mundo” (MÉXICO, PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA, 2013, p. 7).

29 Do original: “Ampliar y profundizar el diálogo bilateral con Estados Unidos, con base en una agenda que refleje la diversidad, la complejidad y el potencial de la relación” (MÉXICO, PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA, 2013: p. 147).

30 Do original: “(1) Impulsar relaciones bilaterales que contribuyan a ampliar la presencia de México en el mundo (2) Contribuir activamente en los foros multilaterales en torno a temas de interés para México y el mundo (3) Impulsar una política de cooperación internacional para el desarrollo en beneficio de México y de otros países (4) Promover a México mediante la difusión de sus fortalezas y oportunidades en materia económica, turística y cultural (5) Proteger los intereses y derechos de las personas mexicanas en el extranjero, fomentando así la inclusión en el país” (MÉXICO, SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES, 2013, p. 10).





Em Peña Nieto, a dimensão econômica foi fortalecida. Assim como se buscou, no período anterior, tornar a agenda menos concentrada na temática migratória, neste governo os esforços foram para diminuir o peso do combate ao narcotráfico. Além da entrada nas negociações da Parceria Transpacífico e da sinalização para participar nas do mega-acordo comercial EUA-União Europeia, o lançamento de reformas estruturais, em novembro de 2012, conhecidas como “Pacto pelo México”, fortaleceram a busca por investimentos externos. Tais reformas visavam incrementar e estabilizar o crescimento econômico, aumentando a competitividade por meio da abertura de setores ao capital internacional, como o energético. Em maio de 2013, durante visita de Barack Obama ao México, acordou-se o Diálogo Econômico de Alto Nível México-EUA, com três objetivos: a promoção da competitividade e da conectividade, o fomento do crescimento econômico e o exercício conjunto de uma liderança regional e global (United States of American Embassy, 2013).

Em 2013, veículos de comunicação publicaram que a Agência de Segurança Nacional (ASN) dos EUA espionara a presidente brasileira, Dilma Rousseff, e o candidato a eleição no México, Peña Nieto. Em setembro do mesmo ano, o México expressou preocupação, e anunciou uma investigação sobre a questão da espionagem da ASN³¹. Apesar disso, as denúncias não impactaram as relações bilaterais³².

Obama destacou a interdependência: “É porque, como Presidente, tenho trabalhado em aprofundar a parceria entre nossas duas nações. E hoje, Enrique e eu discutimos formas de continuar estreitando a parceria Estados Unidos-México”³³ (OBAMA *apud* UNITED STATES OF AMERICA, 2016, s/p, tradução nossa). Em Dezembro de 2014, Obama apresentou uma reforma parcial, incluindo a regularização de indocumentados, a facilitação de imigração legal e a deportação de imigrantes acusados de crime e com menor tempo no país. Paralelamente, manteve o projeto do Muro, legando a Trump cerca de 700 milhas de barreira física construída em 2017. Outros tópicos que marcaram este fim de gestão foram a continuidade da guerra contra as drogas e a reforma do NAFTA.

31 Ver: RTVE. México inicia una investigación “exhaustiva” del espionaje desde EE.UU. Disponível em: < <http://www.rtve.es/noticias/20131023/mexico-inicia-investigacion-exhaustiva-del-presunto-espionaje-desde-eeuu/773460.shtml> > . Acesso em: 11 dez. 2019.

32 No Brasil levaram ao cancelamento da visita de Estado que a Presidente Rousseff faria a Washington em Outubro de 2013.

33 Do original: “And that’s why, as President, I’ve worked to deepen the partnership between our two nations And today, Enrique and I discussed ways to keep strengthening the U.S.-Mexico partnership.” (OBAMA *apud* UNITED STATES OF AMERICA, 2016, s/p).





O debate estadunidense caminhava para rever o acordo em benefício dos EUA ou, no extremo, encerrá-lo. Em 2016, estes temas foram tratados pelo então candidato republicano, hoje Presidente Donald Trump, que tornou o México (e a China) símbolo dos problemas sociais e econômicos dos EUA. Trump se comprometeu com a aceleração da construção do Muro (e a polêmica proposta do México custear, pelo menos parcialmente, os gastos), criminalizando imigrantes ilegais e atribuindo ao país episódios de violência urbana, refugiados e guerra ao narcotráfico (BBC, 2019b).

Em sua última visita oficial aos EUA, em junho de 2017, o presidente mexicano fez menção ao processo eleitoral: “O governo mexicano estará observando com grande interesse o processo eleitoral deste país, mas não apresentará sua opinião. Ele não se envolverá neste processo. Essa é uma questão que, completa e exclusivamente, corresponde ao povo dos Estados Unidos”³⁴ (PEÑA NIETO *apud* UNITED STATES OF AMERICA, 2016, s/p, tradução nossa). A não ingerência pode ser interpretada como um “pedido” para que os EUA respeitem a soberania do México, que em 2018 também elegeu um novo presidente.

O México continuava sua busca por alternativas: a participação nos mega-acordos regionais, a baixa formalização das iniciativas lançadas na América Latina e o estabelecimento do Diálogo Econômico de Alto Nível pode indicar prioridades diferentes da gestão anterior de Felipe Calderón. É possível afirmar que o cenário oferecia oportunidades alternativas para a política externa, como a aproximação com os países em desenvolvimento. A CELAC foi se tornando um espaço importante de interlocução com o México, que percebeu no arranjo e em seus desenvolvimentos uma possibilidade de reforçar laços intra e extrarregionais. Em 2014, foi criado o Fórum China-CELAC. Em janeiro de 2015, resultou o Plano de Cooperação (2015-2019) focado em investimentos, comércio, infraestrutura e ciência e tecnologia. De acordo com Vadell (2018), a integração regional proposta pelo Fórum China-CELAC, engloba elementos inovadores na construção da arquitetura de cooperação extrarregional, entre a América Latina e a China, devido à amplitude de setores e lógica de cooperação baseada no desenvolvimento.

Apesar de 2017 ter apresentado algumas incertezas com relação à CELAC e ao Fórum China-CELAC, devido à situação político-econômica de Brasil e Venezuela, 2018 trouxe uma agenda renovada. Houve a edição do II Plano de Ação do Fórum

34 Do original: “The Mexican government will be observing with great interest the electoral process of this country, but it will not give its opinion It will not get involved in said process This is an issue that fully, exclusively corresponds to the people of the United States.” (PEÑA NIETO *apud* UNITED STATES OF AMERICA, 2016, s/p).





China-CELAC (2019/2021), cujos setores de dinamização e parceria econômica se mantiveram os mesmos: infraestrutura, energia, comércio, ciência e tecnologia. Ocorreu a formalização do convite para a participação da América Latina no projeto do “Cinturão e da Rota” (*Belt and Road Initiative-BRI*, em inglês).

Iniciada em 2013 pelo governo do Presidente Xi Jinping, a BRI promove a interconectividade entre os continentes asiático, europeu e africano, por meio de modais de transporte, infraestrutura, tecnologia, livre comércio e desenvolvimento econômico. Os seis corredores previstos e em construção são: a nova ponte terrestre eurásiana, o corredor China-Mongólia-Rússia, China-Ásia Central-Ásia Ocidental, China-Península da Indochina, China-Paquistão, Bangladesh-China-Índia-Myanmar (RAHUL, 2018). A América Latina seria o próximo passo do projeto global de desenvolvimento definido como a “Ponte Global Mundial” (*World Land Bridge*, em inglês) (FORUM CHINA-CELAC, 2018).

De acordo com Cornejo (2019), o Fórum China-CELAC funcionaria como o elemento de ligação entre a região e a China no âmbito da BRI. O México poderia aproveitar esta oportunidade para desempenhar um papel de interlocutor preferencial por sua localização estratégica, próxima aos EUA e aos Estados do Caribe e América Central. Até o momento, porém, Panamá, Nicarágua, Bolívia e Equador são os países com negociações mais adiantadas com a BRI, enquanto o México continua em compasso de espera, à sombra do peso dos EUA em sua agenda.

Na segunda década do século XXI isso se revelou no campo político e se manteve alta a concentração das exportações ao mercado norte-americano. Os EUA são o principal provedor de investimentos externos diretos para o México, que corresponderam, em 2018, a 38,8% do total (México, Secretaría de Economía, 2019).

Quadro 5 – Parceiros de Exportação do México (2013/2018) – Participação em %

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Estados Unidos	78,7	80,2	81,0	80,7	79,8	79,4
ALADI	5,2	4,5	3,9	3,3	3,4	3,4
América Central	1,2	1,2	1,3	1,3	1,2	1,1
União Europeia	5,1	5,0	4,7	5,1	5,6	5,6
China	1,7	1,5	1,2	1,4	1,6	1,6
Japão	0,5	0,6	0,7	1,0	0,9	0,9

Fonte: Elaboração própria com base em Banco de México (2017), Secretaria de Economía (2019) e WTO (s/d).





Como o Quadro 5 demonstra, a balança comercial do México se concentra nas relações bilaterais com os EUA, tendência que se mantém constante. Apesar do México possuir ampla gama de acordos comerciais, os mesmos tendem a ter efeito mais político do que econômico. Se quase 80% do fluxo das exportações mexicanas são direcionados a um só mercado, é real a dependência.

Quadro 6 – Parceiros de Importação do México (2013/2018) – Participação em %

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Estados Unidos	49,1	48,8	47,2	46,3	46,2	46,4
ALADI	2,4	2,4	2,4	2,4	2,5	2,5
América Central	1,2	1,0	0,5	0,5	0,4	0,4
União Europeia	11,3	11,1	11,0	10,9	11,6	11,4
China	16,0	16,5	17,7	17,9	17,6	17,9
Japão	4,4	4,3	4,3	4,5	4,3	3,9

Fonte: Elaboração própria com base em Banco de México 2017, Secretaria de Economía (2019) e WTO (s/d).

Nas importações a China continua apresentando uma tendência de alta, consolidando-se como a segunda principal exportadora para o México. Como indica Cornejo (2019, p. 884),

O intercâmbio econômico entre México e China manteve uma tendência de alta e paralela, e conseqüentemente, o crescimento do déficit mexicano. A composição das importações do México teve uma ligeira mudança no que se refere aos bens intermediários. A grande preocupação de vários setores do país foi o déficit comercial e o baixo valor agregado das exportações mexicanas à China. O que se tem observado é um aumento das exportações de carne de porco e tequila. Porém, 74,5% das importações vindas da China são de bens intermediários e 11,2% são bens de capital, grande parte dos quais se utilizam na indústria automobilística e eletrônica, dirigidos à exportação ao mercado dos Estados Unidos³⁵.

35 Do original: “El intercambio económico entre México y China mantuvo una tendencia al alza y paralelamente un crecimiento consecuente del déficit para México. La composición de las importaciones de México tuvo un ligero cambio respecto al aumento de bienes intermedios. La gran preocupación en varios sectores del país fue el déficit comercial y el bajo valor agregado de las exportaciones mexicanas a China. Lo que se ha observado es un aumento de las exportaciones de carne de cerdo y de tequila. Pero el 74.5% de las importaciones originarias de China son de bienes intermedios, y 11.2% son bienes de capital, gran parte de los cuales se utilizan en las industrias automotriz y electrónica para exportarlos, ya ensamblados, en autos y dispositivos electrónicos, al mercado de Estados Unidos.”





Isso aponta para uma dupla dependência mexicana das duas maiores economias globais: os EUA de um lado, seu principal mercado exportador e de importações, e a China, segundo país do qual mais o México importa.

O governo Peña Nieto pouco alterou a agenda política interna e externa, a despeito das promessas iniciais. A interdependência assimétrica mais uma vez prevaleceu, em um cenário adverso para o intercâmbio bilateral com a ascensão ao poder em 2017 da administração republicana de Donald Trump. O unilateralismo de Trump e as pressões sobre o México em temas relativos à imigração ilegal, ao tráfico de drogas e à construção do Muro dominaram a agenda bilateral no biênio 2017/2018 da gestão Peña Nieto. O período também foi caracterizado por inúmeras acusações de corrupção contra o governo e pelo assassinato de 43 estudantes em 2014, em uma zona conhecida pelas disputas entre guerrilhas, traficantes de drogas e milícias (CORNEJO, 2019). Neste contexto, Andrés Manuel López Obrador se elegeu Presidente do México, com um progressismo moderado. (DESSOTTI; SANTOS; FRANZONI, 2019).

O governo de Andrés Manuel López Obrador (2018-)

Andrés Manuel López Obrador (AMLO) foi eleito com ampla vantagem (53,19% dos votos válidos) nas eleições presidenciais de 2018 (MÉXICO, INSTITUTO NACIONAL ELECTORAL, 2018). A chegada do Movimento Regeneração Nacional (Morena) ao poder representou grande alternância na política nacional, depois de 77 anos do PRI (1929 a 2000 e 2012 a 2018) e 12 anos do PAN (2000 a 2012). Há expectativa de mudanças substantivas na política interna e externa do México, potencializadas pelo então candidato, que prometeu a “quarta transformação nacional”³⁶.

No Plano Nacional de Desenvolvimento 2019-2024, o governo AMLO destacou a necessidade de recuperar os princípios históricos da política externa do México, “liquidados nos governos oligárquicos e neoliberais anteriores”³⁷ (AMLO, 2019, p. 28, tradução nossa). Refere-se à auto-determinação dos povos, à não intervenção e à solução pacífica de controvérsias. Este é um sinal de cautela, dado apenas o início do sexênio, e um mecanismo de defesa diante das medidas adotadas pelo governo de Donald Trump.

36 Alusão à Independência, Reforma e Revolução Mexicana de 1910.

37 Do original: “El ciclo de gobiernos oligárquicos y neoliberales conllevó la liquidación de los principios históricos de la política exterior mexicana [...]” (AMLO, 2019: p. 28).





Durante a eleição e nos primeiros meses de governo, López Obrador adotou um tom conciliador quando questionado sobre o futuro das relações México-EUA. Antes de assumir o governo, sua equipe, liderada por Jesús Seade, participou das negociações para a modernização do NAFTA-agora Acordo EUA-México-Canadá, em inglês USMCA. Por um lado, isso indica a limitada capacidade de negociação política do governo de Peña Nieto, e por outro, uma transição de partidos sem rupturas. AMLO começou a exercer as funções presidenciais antes mesmo de assumir de fato, em 1 de dezembro de 2018 (PELLICER SILVA, 2019).

Sobre a relação aos EUA, o documento afirma que ela é a “principal prioridade da política externa”³⁸ do México (AMLO, 2019, p. 29, tradução nossa). Estabelecem-se como temas chave os fenômenos migratórios entre o Norte e o Sul, os mexicanos que vivem nos EUA e a delinquência transnacional (AMLO, 2019). O governo AMLO aponta que não negociará uma política migratória com os EUA, mas que atacará as causas da problemática ao promover o desenvolvimento econômico do México.

Não se questiona a prioridade atribuída aos EUA desde a década de 1980. O alinhamento na política externa diferencia López Obrador dos governos de centro-esquerda da América Latina na primeira década do século XXI, que adotaram políticas autônomas diante dos EUA. Pelo contrário, AMLO sinalizou que aproveitará a magnitude das relações com a grande potência para alavancar sua agenda doméstica.

Em Dezembro de 2018, Obrador assumiu em meio à expectativa de aprovação do USMCA pelos Parlamentos dos três países. A reformulação do acordo, também conhecido como NAFTA 2.0, foi finalizada ainda em outubro de 2018, sobrepondo-se ao fim da gestão Peña Nieto e ao início do governo Obrador (BBC, 2019a). A nova versão do TCLAN pode ser considerada uma vitória da gestão Trump diante de México e Canadá (e se insere no quadro das guerras comerciais travadas com a China).

O USMCA reforçou o mercado regional norte-americano ao aumentar a regra de origem do setor automotriz de 62,5% para 75% e dificultou o estabelecimento de possíveis tratados com a China. Sánchez (2019) indica que o USMCA representou um retrocesso para o México. De acordo com as novas regras, 40 a 45% dos carros devem ser produzidos por trabalhadores que ganhem ao menos U\$ 16 por hora, o que inviabiliza parte da produção no México e pressionou o governo de

38 Do original: “[...] colocan la relación con esas naciones como la principal prioridad de la política exterior” (AMLO, 2019: p. 29).





López Obrador a aumentar os salários no país — 16% no geral e 100% na região fronteiriça. No setor de laticínios, abriu o mercado canadense e facilitou o comércio online (setor no qual os EUA tem ampla vantagem com empresas multinacionais, como a Amazon).

Os impactos do USMCA ainda serão sentidos. A implementação do acordo não impediu Trump de manter as pressões sobre o México em diversos setores: guerra ao narcotráfico, migração e comércio, como ameaças de novas tarifas para o ferro e o aço. Porém, mesmo que o republicano permaneça adotando um tom hostil e de ameaça ao México, o país não possui alternativa aos EUA. Porém, também não é fácil para os EUA distanciar-se do México. O país exerce papel chave no controle do fluxo migratório proveniente da América Central e os estados fronteiriços apresentam fortes relações comerciais.

Conclusões

As relações México-EUA se caracterizam por forte dependência econômica e baixas variações políticas, em particular no pós-Guerra Fria. Como outras nações do Sul, as pressões sociais, políticas, estratégicas e econômicas do fim da bipolaridade trouxeram um legado de mudanças e ajustes, buscando adaptações ao cenário internacional nascente. A partir de uma perspectiva histórica, o artigo mostrou que as mudanças de partido político no México não impactaram de forma substantiva a relação do México com os EUA, que seguiram um forte padrão de continuidade e de manutenção do status quo.

O México mudou sua inserção internacional depois da crise da dívida de 1982. Apesar das suas relações econômicas com o vizinho sempre terem sido intensas, o NAFTA institucionalizou os EUA como prioridade da política externa e formalizou uma relação de dependência. Esta mudança foi um desdobramento da política de abertura econômica, iniciada na gestão de Miguel de La Madrid (1982-1988) e aprofundada com Salinas de Gortari (1988-1994). A abertura político-institucional se iniciou com Ernesto Zedillo (1994-2000) e se consolidou no governo do PAN de Vicente Fox (2000-2006). Os traços nacionalistas-revolucionários, que historicamente pautaram a política externa, perderam força, o que impactou as relações do México com o mundo.

Voltado para o Norte e com uma estratégia de inserção internacional comercialista, o México se distanciou da América Latina. No governo Fox,





predominou a falta de interesse entre as partes devido às diferenças entre a agenda do México e a dos governos de centro-esquerda, que o viam como um aliado dos EUA. Com a grande potência, esperava-se uma relação preferencial que levasse ao estabelecimento de uma política migratória, o que nunca ocorreu. Pelo contrário, as relações bilaterais foram securitizadas, resultando na Iniciativa Mérida, em 2007. A questão migratória, que para o país é um tema social e de desenvolvimento, incorporava-se à agenda de segurança dos EUA, alvo de medidas unilaterais.

O sexênio 2000-2006 se iniciou com grandes expectativas por parte do México que foram, desde então, sendo substituídas por inúmeras frustrações. Sem alcançar seus objetivos na relação com os EUA, e isolado regionalmente, o México é levado a buscar maior aproximação com os países da América Latina, o que explica a participação na CELAC e na Aliança do Pacífico no governo de Felipe Calderón (2006-2012).

Por mais que a participação nestes mecanismos não significasse reformulação da política externa, que continuaria focada nos EUA, ela abriu espaços na América Latina. A evidência de que o eixo de inserção do México não foi alterado foi a expansão da cooperação com os EUA para outras áreas, como nas medidas de combate ao crime organizado da Iniciativa Mérida, a colaboração do México no controle da imigração ilegal na fronteira Sul e as relações comerciais e financeiras.

Como mostraram os dados comerciais, a CELAC e a Aliança do Pacífico apresentam capacidade limitada em dinamizar a pauta mexicana para além da América do Norte. Apesar de o México ter acordos de livre-comércio com vários países do continente, tais destinos representam pouco das importações e das exportações, sendo insuficientes para promover a diversificação das relações econômicas. Mesmo a China, que se tornou a principal parceira comercial da maioria dos países latino-americanos, é uma alternativa pouco representativa nas exportações.

Argumentou-se que o México possui dificuldade histórica em administrar as relações com os EUA e que tal postura foi potencializada após o fim da Guerra Fria. A participação nos fóruns multilaterais e nos Tratados de Livre Comércio não são suficientes para diminuir a dependência econômica. Mesmo em momentos em que a diplomacia nacional apresentou maior ativismo, o vizinho exerceu grande peso na sua projeção internacional.

A vulnerabilidade com relação à economia norte-americana é um incentivo para que o México busque outras parcerias no sistema internacional. A magnitude da associação produtiva com os EUA limita a diversificação econômica, estando o México “preso” ao mercado norte-americano. Romper estes laços implicaria





reconsiderar sua estratégia de inserção internacional e de desenvolvimento econômico. As iniciativas na América Latina estão muito mais associadas às oportunidades da conjuntura regional/internacional do que à reformulação da política externa. Em um cenário de crise doméstica em vários países da região, os projetos se esvaziaram, diminuindo ainda mais o potencial de contrapesos do México em relação aos EUA.

Referências

- AMLO. “Plan Nacional de Desarrollo 2019-2024”. Disponível em: < <https://lopezobrador.org.mx/temas/plan-nacional-de-desarrollo-2019-2024/> > . Acesso em: 4 jun. 2019.
- BANCO DE MÉXICO. “Sistema de Información Económica: Balanza comercial de mercancías de México, 2017”. Disponível em: < <http://www.banxico.org.mx/SieInternet/consultarDirectorioInternetAction.do?accion=consultarCuadro&idCuadro=CE125> > . Acesso em: 24 nov. 2017.
- BBC. “USMCA trade deal: who gets what from “new NAFTA”. 2019a. Disponível em: < <https://www.bbc.com/news/world-us-canada-45674261> > . Acesso em: 14 jun. 2019
- BBC. “Trump wall- all you need to know about US border in seven charts”. 2019b. Disponível em: < <https://www.bbc.com/news/world-us-canada-46824649> > . Acesso em: 14 jun. 2019.
- BERNAL-MEZA, Raúl. “México: treinta años de política exterior”. *Carta Internacional*. São Paulo: vol. 2, n. 1, pp. 32-51, mar. de 2007. Disponível em: < <http://citrus.uspnet.usp.br/nupri/?carta> > . Acesso em: 21 abr. 2014.
- BLACKMORE, H.; PELLICER, O. México y Estados Unidos: de socios entusiastas a vecinos incómodos. In.: GONZÁLEZ, G.; PELLICER, O. (Orgs.) *Los retos internacionales de México: Urgencia de una mirada nueva*. Ciudad de México: Siglo XXI Editores, 2011.
- CASTAÑEDA, Jorge G. “Los ejes en la política exterior de México”. *Nexos*, dezembro 2001. Disponível em: < <http://www.nexos.com.mx/?p=10240> > . Acesso em: 15 out. 2016.
- CHINA’S POLICY PAPER ON LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN. 2008. Disponível em: < http://www.gov.cn/english/official/2008-11/05/content_1140347 > . Acesso em: 10 jun. 2014.
- CHODOR, Tom. *Neoliberal hegemony and the pink tide in Latin America- breaking Up with TINA?* New York: Palgrave MacMillan, 2015.
- COMISIÓN NACIONAL DE INVERSIONES EXTRANJERAS. *Informe estadístico sobre el comportamiento de la inversión extranjera directa en México (enero-diciembre de 2018)*. Disponível em: < https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/442866/Informe_Congreso-2018-4T.pdf > . Acesso em: 4 jun. 2019.





- CORNEJO, Romer. “China y Mexico 2012-2018, entre el inicio idílico y la realidad”. *Foro Internacional*, vol. LIX, 3-4 (237-238), jul-dez 2019, pp. 879-906. Disponível em: < <https://forointernacional.colmex.mx/index.php/fi/article/view/2643> > . Acesso em: 15 out. 2019.
- DAALDER, Ivo H. and LINDSAY, James M. *The empty throne- Americas Abdication of global leadership*. New York: Public Affairs Hachette, 2018.
- DESSOTTI, Fabiana Rita; SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos; FRANZONI, Marcela (org). *México e os desafios do progressismo tardio*. São Paulo: Ed. Elefante, 2019.
- ELLIS, R. Evan. *The future of Latin America and the Caribbean in the context of the rise of China*. Washington: Center for Strategic & International Studies, 2018.
- EMBAJADA Y CONSULADOS DE ESTADOS UNIDOS EN MÉXICO. Iniciativa Mérida”. Disponível em: < <https://mx.usembassy.gov/es/nuestra-relacion/temas-bilaterales/iniciativa-merida/> > . Acesso em 28 nov. 2017.
- EUROPEAN UNION. Acuerdo de Asociación Económica, Concertación política y Cooperación entre la Comunidad Europea y sus Estados miembros, por un parte y los Estados Unidos Mexicanos, por otra. Disponível em: < https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/acuerdo97_es_1.pdf > . Acesso em 16 out. 2019.
- EXPORT GOV. 2019. Mexico Country Commercial Guide. Disponível em: < <https://www.export.gov/article?id=Mexico-Trade-Agreements> > . Acesso em 24 out. 2019.
- FLORES, R. V.; CASTILLO, J. C. “Diversificación o concentración?: la política exterior de México en cifras 2006-2010”. *Revista de Relaciones Internacionales de la UNAM*, n. 112, jan-abril 2012, p. 133-163. Disponível em: < <http://www.revistas.unam.mx/index.php/rri/article/view/36044> > . Acesso em: 3 fev. 2016.
- FLORES, Rafael Velázquez. “Balance general de la política exterior de México 2000-2006”. In.: ELIZONDO, H. G. (Edi.); FLORES, R. V.; SCHIAVON, J. A. (Coord.). Paradigmas y paradojas de la política exterior de México. México, D.F.: El Colegio de México, Centro de Investigación y Docencia Económicas, 2010, p. 93-134.
- FLORES, Rafael Velázquez. “La política exterior de Estados Unidos hacia México bajo la administración de Barack Obama: cambios y continuidades”. *Norteamérica*, México, v. 6, n. 2, p. 85-113, dic. 2011. Disponível em: < http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-35502011000200004&lng=es&nrm=iso > . Acesso em: 15 oct. 2016.
- FÓRUM CHINA-CELAC. *Fórum China-Celac- novas oportunidades de desenvolvimento- discurso do Embaixador Li Jinzhang em 21 de Janeiro de 2018*. Disponível em: < http://www.chinacelacforum.org/esp/lttdt_2/t1527418.htm > . Acesso em: 20 jul. 2018.
- FUNG, K.C; ARCIA-HERRERO, Alicia (ed). *Sino-Latin American economic relations*. London: Routledge, 2012.





- GALLAGHER, Kevin P. and PORCEZANSKI, Roberto. *The dragon in the room*. Stanford: Stanford University, 2010.
- GARZA, H. (ed.); SCHIAVON, J. A.; FLORES, R. V. (coords.). *Paradojas y paradigmas de la política exterior de México: 2000-2006*. México: El Colégio de México — Centro de Investigación y Docencia Económica, 2010.
- GOLDMAN SACHS. “Beyond the BRICS: a look at the next 11”. 2017. Disponível em: < <http://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/archive-pdfs/brics-book/brics-chap-13.pdf> > . Acesso em 01 ago. 2017.
- GONZÁLEZ, Guadalupe. “Tradiciones y premisas de la política exterior de México”. In.: GREEN, Rosario; SMITH, Peter H. *La política exterior y la agenda México-Estados Unidos*. México: Fondo de la Cultura Económica, 1989. Pág. 35-56.
- HEREDIA, Carlos; ROZENTAL, Andrés. “Mexico and the United States: the search for a strategic vision” in LOWENTHAL, Abraham F.; PICCONE, Theodore J.; WHITEHEAD, Laurence (eds). *Shifting the balance- Obama and the Americas*. Washington: Brookings Institution, 2011.
- ICAZA, C. de; SANDOVAL, É. R. “México, actor com responsabilidade global: jogador em novos tableros”. *Revista Mexicana de Política Exterior*, número 100, janeiro-abril 2014, pp. 9-48. Disponível em: < <http://revistadigital.sre.gob.mx/images/stories/numeros/n100/icazaruiz.pdf> > . Acesso em: 25 maio 2015.
- INSTITUTO FEDERAL ELECTORAL (2006), “Elección de presidente de los Estados Unidos Mexicanos: Resultados del cómputo final del tribunal electoral del poder judicial de la Federación”. Disponível em: < http://portalanterior.ine.mx/documentos/Estadisticas2006/presidentet/gra_nac.html > . Acesso em: 08 jul. 2017.
- KAPLAN, Robert D. *The return of Marco Polo’s world*. New York: Random House, 2018.
- KEOHANE, Robert; NYE, Joseph S. *Power and Interdependence*. Scott, Foresman and Company, 2ed, 1989.
- LALLANDE, Juan Pablo. “Mexico y la cooperación internacional para ele desaroollo, 2012-2018”. *Foro Internacional*, vol. LIX, 3-4 (237-238), jul-dez 2019, pp. 609-642. Disponível em: < <https://forointernacional.colmex.mx/index.php/fi/article/view/2653> > . Acesso em 18 out. 2019.
- LOWENTHAL, Abraham F. “The Obama administration and the Americas” in LOWENTHAL, Abraham F.; PICCONE, Theodore J; WHITEHEAD, Laurence (eds). *Shifting the balance- Obama and the Americas*. Washington: Brookings Institution, 2011.
- MEXICO-WORLD BANK. 2019. Disponível em: < <https://data.worldbank.org/country/mexico> > . Acesso em: 10 de Dezembro de 2019.
- MYERS, Margaret; WISE, Carol. (ed). *The political economy of China-Latin American relations in the new millennium- brave new world*. New York: Routledge, 2017.





- PELLICER SILVA, O. Mexico — a reluctant middle power?. *Friedrich Ebert Foundation*, jun. 2006. Disponível em: < http://www.fes-globalization.org/publications/FES_BP_Mexico_Pellicer_eng.pdf > . Acesso em: 23 mar. 2015.
- PELLICER SILVA, Olga. México, el derrumbe de un régimen y la política exterior. *Foro Internacional*, vol. LIX, 3-4 (237-238), jul-dez 2019, pp. 579-607. Disponível em: < <https://forointernacional.colmex.mx/index.php/fi/article/view/2634/2562> > . Acesso em: 15 oct. 2019.
- PETERS, Enrique Dussel. “Mexico’s relationship with China and India- recent developments” in ROETT, Riordan and PAZ, Guadalupe (ed). *Latin America and the Asian giants- evolving ties with China and India.*). Washington: Brookings Institution Press, 2016.
- PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA. “4 Pilares de la Política Exterior”. Disponível em: < <http://www.presidencia.gob.mx/4-pilares-de-la-politica-exterior/> > . Acesso em: 15 abr. 2014.
- PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA (2007), “Plan Nacional de Desarrollo 2007-2012”. Disponível em: < <http://pnd.calderon.presidencia.gob.mx> > . Acesso em: 08 de julho de 2017.
- PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA (2013), “Plan Nacional de Desarrollo 2013-2018”. Disponível em: < <http://pnd.gob.mx> > . Acesso em: 08 jul. 2017.
- RAHUL, Anshuman. “O jogo pela hegemonia regional: a OBOR chinesa e a resposta estratégica indiana.” *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, v. 7, n. 13, Jan./Jun. 2018, p. 172-213.
- RTVE. México inicia una investigación “exhaustiva” del espionaje desde EE.UU. 2013. Disponível em: < <http://www.rtve.es/noticias/20131023/mexico-inicia-investigacion-exhaustiva-del-presunto-espionaje-desde-eeuu/773460.shtml> > . Acesso em: 11 dez. 2019.
- SÁNCHEZ, Luz María de la Mora. “La política comercial de México durante el gobierno del presidente Enrique Peña Nieto”. *Foro Internacional*, vol. LIX, 3-4 (237-238), jul-dez 2019, pp. 959-987. Disponível em: < <https://forointernacional.colmex.mx/index.php/fi/article/view/2648> > Acesso em: 16 oct. 2019.
- SCHIAVON, Jorge A. México-Estados Unidos: Estabilidad y seguridad a cambio de autonomía. In.: SCHIAVON, J. A.; SPENCER, D.; OLIVEIRA, M. V. (Eds.) *En busca de una nación soberana: Relaciones internacionales de México, siglos XIX y XX*. México, D.F.: Centro de Investigación y Docencia Económicas: Secretaria de Relaciones Exteriores, 2006, p. 423-462.
- SCHIAVON, Jorge A.; FISCHER, Bruno Figueroa. “Los recursos y las capacidades de la política exterior de Mexico (2012-2018). *Foro Internacional*, vol. LIX, 3-4 (237-238), jul-dez 2019, pp. 609-642. Disponível em: < <https://forointernacional.colmex.mx/index.php/fi/article/view/2635> > . Acesso em: 18 out. 2019.





- SECRETARÍA DE ECONOMÍA (2019), “Competitividad y Normatividad/Inversión Extranjera Directa”. Disponível em: < <https://www.gob.mx/se/acciones-y-programas/competitividad-y-normatividad-inversion-extranjera-directa?state=published> > . Acesso em: 23 maio 2017.
- SECRETARÍA DE ECONOMÍA (2017), “Comércio Exterior/Países con Tratados y Acuerdos firmados con México”. Disponível em: < <https://www.gob.mx/se/acciones-y-programas/comercio-exterior-paises-con-tratados-y-acuerdos-firmados-con-mexico?state=published> > . Acesso em: 25 out. 2017.
- SECRETARÍA DE ECONOMÍA (2019), “Comercio exterior/Información Estadística y Arancelaria”. Disponível em: < <http://www.gob.mx/se/acciones-y-programas/comercio-exterior-informacion-estadistica-y-arancelaria?state=published> > . Acesso em: 07 jun. 2019.
- SECRETARÍA DE GOBERNACIÓN (2017), “Encuestas sobre migración en las fronteras Norte y Sur de México”. Disponível em: < <http://www.colef.mx/emif/resultados/informes/2014/EMIF-ANUAL-NTE2014.pdf> > . Acesso em: 23 maio 2017.
- SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES. *Programa Sectorial de Relaciones Exteriores 2013-2018*. Disponível em: < <http://www.sre.gob.mx/images/stories/marconormativo/doc/dof131213-p.pdf> > . Acesso em: 19 abr. 2014.
- THE WHITE HOUSE PRESIDENT GEORGE W. BUSH. “Fact Sheet- The Secure Act Fence of 2006”. Disponível em: < <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2006/10/20061026-1.html> > . Acesso em: 14 jun. 2019.
- UNITED STATES OF AMERICA EMBASSY (2013), El Presidente de México Enrique Peña Nieto visitará Estados Unidos en enero. Disponível em: < <http://iipdigital.usembassy.gov/st/spanish/texttrans/2014/12/20141212311969.html#axzz4NMtH0XKo> > . Acesso em: 17 out. 2016.
- UNITED STATES OF AMERICA. The White House. Remarks by President Obama and President Pena Nieto of Mexico in Joint Press Conference. 2016. Disponível em: < <https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2016/07/22/remarks-president-obama-and-president-pena-nieto-mexico-joint-press> > . Acesso em: 14 nov. 2016.
- US-MEXICO SECURITY TASK FORCE. US-Mexico Security Cooperation 2018-2024. Disponível em: < https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2019/04/Whitepaper_Security_Taskforce.pdf > . Acesso em: 14 jun. 2019.
- VADELL, Javier. El foro China-CELAC y el nuevo regionalismo para un mundo multipolar: desafíos para la Cooperación Sur-Sur. *Carta Internacional*, v. 13, n. 1, p. 6-37. 2018. Disponível em: < <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/733/372> > . Acesso em: jul. 2018
- VADELL, Javier (org). *A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2019.





- VELASCO, Ana Covarrubias. *Cambio de siglo: la política exterior de la apertura económica y política*. “México y el mundo: Historia de sus relaciones exteriores”, Tomo IX. México: El Colegio de México, 2010.
- VELASCO, Ana Covarrubias. “México: Actor com responsabilidade multilateral?” *Foro Internacional*, vol. LIX, 3-4 (237-238), jul-dez 2019, pp. 579-607. Disponível em: < <https://forointernacional.colmex.mx/index.php/fi/article/view/2636/2564> > . Acesso em: 15 oct. 2019.
- VISENTINI, Paulo Fagundes. *A projeção internacional do Brasil- 1930-2012*. Rio de Janeiro: Ed. Campus Elsevier, 2013.
- ZHU, Zhiqun. *China´s new diplomacy- rationale, strategies and significance*. Burlington: Ashgate, 2013.
- WTO. Mexico Country-Profile. Disponível em: < http://stat.wto.org/CountryProfiles/MX_e.htm > . Acesso em 14 jun. 2019.

